
INCLUSÃO ESCOLAR: DESAFIOS, CONCEITOS E PARADIGMAS: É POSSÍVEL TORNAR A EDUCAÇÃO INCLUSIVA?

SCHOOL INCLUSION: CHALLENGES, CONCEPTS AND PARADIGMS:

IS IT POSSIBLE TO MAKE EDUCATION INCLUSIVE?

Libia Vieira Borges²⁵
Wilma Alves Malaquias²⁶

RESUMO

A diversidade é uma das maiores riquezas do ser humano no planeta e a existência de indivíduos diferentes numa cidade, num país, com suas diferentes culturas, etnias e gerações fazem com que o mundo se torne mais complexo. O presente trabalho trata da inclusão apresentando conceitos e a sua aplicação na escola e educação inclusiva para a diversidade. Do ponto de vista da Prática pedagógica coletiva discute-se as mudanças significativas na estrutura e no funcionamento das escolas, na formação humana dos professores e nas relações família-escola. Vemos, portanto, uma força transformadora, a educação inclusiva aponta para uma sociedade inclusiva. A partir dessa compreensão apresenta-se algumas orientações para a inclusão na educação baseadas em uma pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Educação. Inclusão. Respeito. Diversidade.

ABSTRACT

Diversity is one of the greatest riches of the human being on the planet and the existence of different individuals in a city, in a country, with its different cultures, ethnicities and generations make the world more complex. This paper deals with inclusion presenting concepts and their application in school and inclusive education for diversity. From the point of view of collective pedagogical practice, significant changes in the structure and functioning of schools, in the human formation of teachers and in family-school relations are discussed. We therefore see a transformative force, inclusive education points to an inclusive society. From this understanding, some guidelines for inclusion in education based on a bibliographic research are presented.

Key-words: Education. Inclusion. Respect. Diversity.

25 Mestranda em Ciências da Educação. Graduada em Ciências - Licenciatura Graduada em pedagogia pela Universidade Estadual de Goiás – UEG. Pós-graduada em Reengenharia de projetos educacionais pela FAS. Especialista em Educação infantil pela Faculdade Delta.

26 Mestranda em Ciências da Educação. Graduada em História pela Universidade Estadual de Goiás - UEG; Graduada em Pedagogia pela UNIUBE – Universidade Uberaba; Pós-Graduada em Psicopedagogia pela Universidade Salgado Oliveira – Universo. Especialista em Docência na educação infantil e anos iniciais pela Universidade Candido Mendes. Pós-graduada em Educação Especial e Inclusiva com ênfase em intelectual e múltipla pela Faculdade Única de Ipatinga. (wilmaalvesmalaquias@hotmail.com).

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas a necessidade de melhorar a qualidade e a equidade da educação escolar tem sido um elemento relevante na discussão pública. Com isso, sem dúvida, questões de inclusão e diversidade não foram isentos de reflexão.

Diante de várias pesquisas, o foco está nos desafios colocados pela educação na diversidade e o fator impactante está na segregação do sistema escolar. Esses fatores têm motivado investigações e discussões que provocaram respostas de políticas públicas e estão em processo de implementação.

Assim, por exemplo, as chamadas Leis da Inclusão representam a necessidade de um estudo, de injeção de recursos e uma mudança normativa, que possam modificar elementos centrais do sistema escolar. Para isso, é essencial conhecer o estado da educação brasileira

A própria educação é uma dimensão fundamental na construção de uma sociedade. No espaço educacional novas gerações são socializadas e habilidades cognitivas e não cognitivas são desenvolvidas, a base para a implantação de uma série de habilidades para a vida. Por isso, a educação é decisiva na posição de indivíduos e grupos no mercado de trabalho, bem como remuneração e o prestígio associado aos empregos

Nesse sentido, o sistema educacional pode ter efeitos opostos: por um lado, tem capacidade de ser um canal de mobilidade social para meninas e meninos de famílias menos favorecidas; mas por outro, em um contexto de segregação pode ser um motor para a reprodução de desigualdades.

É neste viés que este trabalho se torna importante, pois visa a discussão sobre os padrões educacionais brasileiros a respeito da educação inclusiva, pois a escola vive hoje dilemas que fazem parte do debate macro que a sociedade globalizada moderna deste início de século enfrenta em todas as suas esferas.

Isso parece mera conclusão do óbvio, porém quando se observa a fundo questões como igualdade étnica, de gênero, inclusão de pessoas com deficiência, respeito às diferenças e minorias, a prática escolar continua, salvo algumas exceções.

Assim, este estudo tem como objetivo tecer algumas considerações importantes para a revisão e o repensar das práticas referendadas no cotidiano escolar que tem como perspectiva igualar, normatizar, cristalizar tanto as práticas quanto os resultados das práticas sobre as pessoas, no caso os alunos.

1 TRABALHANDO CONCEITOS: INCLUSÃO, EDUCAÇÃO ESPECIAL ESCOLA INCLUSIVA

O relatório Warnock muda a conceituação de Educação Especial como era conhecido até então, focando a partir deste momento, no tipo de resposta que a escola tem que dar às crianças com necessidades educacionais Especiais, aspecto que antes não tinha prioridade.

A partir dessa concepção, o aluno passa a se qualificar como Necessidades e Educação Especial quando apresenta maiores dificuldades que o resto dos alunos acessem o aprendizado que é determinado no currículo que corresponde à sua idade, seja por causas internas, dificuldades ou deficiências no ambiente sócio-familiar ou devido a um histórico de aprendizagem desajustado necessitando assim de compensar as referidas dificuldades, adaptações de acesso e / ou adaptações curriculares em uma ou mais áreas do currículo.

A partir do surgimento do conceito de Necessidades Educacionais Especiais, redefine o termo Educação Especial, entendendo-o como um serviço de apoio à educação geral que estude os processos de forma global e integrada de ensino-aprendizagem, e que se define pelos suportes necessários e nunca pôr as limitações dos alunos, a fim de alcançar o máximo desenvolvimento pessoal e de pessoas em idade escolar com necessidades educacionais Especiais, independentemente do motivo.

Desta forma, podemos afirmar que até então o uso do termo Necessidades Educacionais Especiais enfatiza que o desempenho habitual do corpo docente deve se adaptar às necessidades do aluno.

No campo educacional, com o Leiva (2015), inicia-se um novo período para a Educação Especial dando lugar à Integração Educacional, processo social no qual aspectos educacionais, políticos, morais, teóricos, práticos ... etc., aspectos que surge do conceito de Necessidades Educacionais Especiais com o relatório Warnock de 1978, para se distanciar do modelo médico, baseado no diagnóstico de deficiências e o conceito de deficiência, que substitui a deficiência.

Assim, a inclusão começa a ser levantada como uma questão de direitos humanos e equidade, sendo a diversidade um valor educacional. De tal forma, como afirmado Arnaiz (2003), representa uma educação eficaz para todos, que deve apresentar a seguintes elementos: cooperação, solidariedade, comunidade, respeito e valorização de diferenças, melhoria para todos e investigação cuidadosa. Desta forma, o objetivo de alcançar centros inclusivos torna-se uma das primeiras aspirações de todos aqueles que defendem a equidade na educação, sendo considerado o modelo ideal de centro educacional para todos e sem exclusões.

Por outro lado, a partir dos documentos elaborados pela Unesco (2005) entende-se inclusão como, um processo que visa abordar e atender à diversidade de necessidades de todos os alunos através do aumento da participação em aprendizagem, ambientes culturais e comunidades, reduzindo a exclusão dentro e fora do ambiente educacional. Isso requer mudança e modificação conteúdos, abordagens, estruturas e estratégias, com uma abordagem como aquela que influenciar todas as crianças da faixa etária correspondente e com a convicção de que é responsabilidade do sistema geral educar todas as crianças

Por outro lado, Matsuura (2008: 2) determina que falemos de Educação Inclusiva Como: “Uma abordagem que busca transformar os sistemas educacionais para a melhoria e melhorar a qualidade do ensino em todos os níveis e ambientes, a fim de responder à diversidade de alunos e promover um aprendizagem bem-sucedida”.

Como foi afirmado até agora, a Educação Inclusiva implica a criação de condições ideais e viáveis para alcançar a oportunidade de aprendizagem de tudo, apela a uma forma que seja entendida e respeitada a diversidade.

Portanto, o a educação inclusiva será alcançada de duas maneiras: a primeira focada em um conjunto de políticas segundo Guerrero (2008 p. 154), destinadas a:

a) “Alcançar um currículo relevante e adequado com uma abordagem que facilite o diálogo entre os diversos agentes do sistema educacional; b) fornecer um amplo repertório de diversas estratégias pedagógicas e complementar (educação formal e não formal) que atenda as especificidades do cada aluno, personalizando a oferta educacional para isso.; c) possuir instalações de equipamentos adaptadas ao currículo desenvolvido e seus implicação; d) fornecer suporte intenso aos professores em sala de aula; e) dialogar com famílias e comunidades para entender suas experiências e necessidades, bem como promover sua participação ativa na escola ”.

E a segunda, baseada na responsabilidade moral de educar todos os alunos, principalmente aqueles que correm o risco de ser marginalizados e excluídos da escola e isso implica assumir valores de justiça e equidade.

O objetivo principal das escolas inclusivas, deste ponto de vista, é criar uma base sólida que permita a todos os que fazem parte desta comunidade (pais, alunos, professores, voluntários, parentes, instituições, associações ... etc.) respondem de forma competente e atualizada aos problemas bem como situações constantes que enfrentam todos os dias.

A favor disso, a primeira ação a ser realizada seria modificar os aspectos que são necessários do sistema de agendamento dos centros, continuando com mudar a proporção de salas de aula, remover barreiras arquitetônicas, bem como introduzir muitos mais especialistas.

O mais importante seria treinar todos os professores, porque se eles não acreditam no Educação Inclusiva, eles não podem repassar para os pais ou famílias, é por isso bom treinamento, documentação pelo corpo docente e a partir daí, colocar em prática pelos alunos.

2 DIVERSIDADE E APRENDIZAGEM

A inclusão percorre caminhos cheios de desafios para atender às diferenças na educação. Investigo quais são esses caminhos, aponto os desafios e apresento sugestões. Assumir e enfrentar as diferenças das pessoas: físicas, mentais, afetivas, socioculturais, o preconceito, as dificuldades, suporte pedagógico especializado e diferenciado.

Através de pesquisa bibliográfica apresento um levantamento sobre: a inclusão na educação infantil, a integração da criança com necessidades especiais ou de distúrbios de aprendizagem; investigo as práticas educativas; o preparo do docente em uma sala de aula normal frente a alunos com necessidades especiais.

Reconhecer que as crianças podem aprender juntas, mesmo com objetivos e processos diferentes leva os professores a estabelecer formas criativas de atuação com as crianças com necessidades especiais e incentiva o atendimento integrado ao professor de classe comum. No sentido educacional a inclusão se apresenta de duas maneiras.

Segundo Rosa (2013), a diversidade é uma condição inerente a toda situação de ensino e aprendizagem, onde os alunos compartilham sua história pessoal e experiências anteriores. Isso permite construir conhecimento numa dinâmica de interação única e particular.

Nesta linha de pensamento, a autora, propõe que cada aprendiz que se depara com uma situação de formação se coloque a serviço do espaço de aprendizagem três trajetórias principais: a biográfica, que se refere aos fatos e eventos que marcaram a vida do sujeito; uma trajetória, que se refere ao modo como a história de vida levou o sujeito a compreender a si mesmo; e um de treinamento, que se refere a experiências anteriores aprendizagem formal.

Assim, a articulação dessas três trajetórias definiria cada aprendiz como sujeito que está disponível para a situação de ensino e aprendizagem de uma forma particular.

Partindo da teoria cognitiva social, várias linhas de pesquisa foram abertas que identificaram vários fatores que explicam as diferenças nos resultados de aprendizagem, entre os quais se destacam dois fatores centrais: motivação e autorregulação.

Compreender o contexto histórico da educação inclusiva é o eixo central para o professor adentrar na esfera de capacitação para trabalhar com o aluno deficiente. A exclusão social é um processo que vem percorrendo a história há muitos séculos e, o preconceito que foi adquirido ao longo dessa trajetória, se constitui até os dias de hoje em grandes barreiras para

que o aluno especial possa se desenvolver. As pessoas com deficiência sofriam muitas discriminações e aquelas que nasciam com algum problema físico eram mortas e abandonadas em rios e cavernas.

No que diz respeito à motivação, a partir do conceito desenvolvido por Mitler (2013), ela é entendida como um fator complexo e multidimensional que explica as razões pelas quais os alunos estão envolvidos ou não na situação de ensino e aprendizagem.

Segundo este autor, entre as principais fontes da motivação, são interesses pessoais, atribuição interna ou externa de sucessos e fracassos, a relevância dos conteúdos para a vida e identidade pessoal, autoeficácia diante das tarefas, objetivos de aprendizagem e teorias de inteligência. Este seria um fator importante que evidencia uma diversidade de disposições de participação por parte dos alunos.

No que diz respeito à autorregulação, refere-se à capacidade de ativar e manter pensamentos, ações e emoções para atingir os objetivos Mitler (2013), tendo um papel central na aprendizagem e participação dos alunos em seu trabalho educativo.

Em muitas situações há grande preocupação em incluir os "diferentes" no sistema regular de ensino, enquanto aqueles que são vistos como "normais" não são compreendidos em suas particularidades, podendo gerar um sentimento de exclusão, ocasionando, dentre outras consequências, a evasão escolar. (MITTLER, 2003 p. 19).

Na prática, a inclusão no sistema regular de ensino daquelas crianças ditas "diferentes" que apresentam impedimentos nos órgãos sensoriais ou no sistema nervoso central. Esta interpretação baseada no defeito ou impedimento e impossibilidade é vista por Mittler como parte da consciência de quase todos que trabalham em educação (MITTLER, 2003).

A partir disso, é possível argumentar que os espaços de aprendizagem são inerentemente na medida em que cada sujeito que aprende desenvolve uma trajetória pessoal que o leva a enfrentar de forma particular a múltiplas experiências e situações, em um processo complexo que se constrói por meio de constantes interações sociais.

Por este motivo, é importante lembrar, com um olhar sócio-construtivista, de que cada uma dessas trajetórias se inscreve em um contexto social, histórico e cultural que interage com os outros e dá forma a uma construção de conhecimento particular (SCHÖN, 2000.).

Com base nessas evidências, o Brasil tem tentado promover um sistema educacional mais inclusivo que considere as necessidades e especificidades de cada um dos alunos.

3 CAMINHOS PARA A INCLUSÃO E DIVERSIDADE NA ESCOLA

É comum a análise das políticas e programas implementados no Chile com base na atenção a diversidade está focada em trabalhar com alunos com características especiais. Na verdade, nosso país, debateu-se entre a integração de crianças com características especiais na escola regular e a criação de um espaço educacional paralelo, caracterizado por acolher apenas alunos com deficiência.

No entanto, desde a década de 1990, esforços têm sido feitos para promover a integração de um olhar mais amplo, que além da área indicada, incorpora variáveis socioeconômicas, étnicas e culturais para a construção de salas de aula e escolas diversas. A partir daí os principais avanços em relação à inclusão e gestão da diversidade dentro dos estabelecimentos e da sala de aula, principalmente no que se diz respeito a formação profissional dos educadores.

Devido à importância das capacidades e habilidades dos alunos para o desenvolvimento, avance e o crescimento social, cultural e econômico do país, e a relevância de cada indivíduo ter a possibilidade de ser e fazer o seu projeto de vida, desenvolvendo todo o seu potencial, decidiu-se mudanças no sistema educacional.

A formação dos profissionais da educação é tarefa, sem dúvidas essencial para a melhoria do processo de ensino e para enfrentamento das diferentes situações que implicam a tarefa de educar.

Uma das dificuldades encontradas na formação dos educadores, no estudo de alguns fundamentos teóricos para trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais é o amplo, leque de realidades socioculturais existentes em nosso país. Para atender esta demanda tão diversa, o material dirigido a formação tem se proposto oferecer uma linguagem suficientemente abrangente para ser acessível a todos. Porém em alguns casos se observa a excessiva simplificação dos conteúdos proposto, aliada a uma superficialidade que se distancia das situações problemáticas concretos de cada realidade.

Existem várias diretrizes que asseguram as pessoas que necessitam de

Educação especial, toda atenção por parte do professor, e por isso o educador precisa estar em constante aprendizado sempre atento ao modo como lidar com as diferenças. Conforme Arruda (2014 p. 98):

Os portadores de necessidades especiais têm assegurado pela constituição federal o direito a uma educação de qualidade. Porém, esses direitos não têm sido respeitados, levando em consideração que são poucos os professores que estão preparados para lidar com as diferenças.

O educador não é uma pessoa comum. Ele é a pessoa que desperta nos outros o desejo de mudança. Ele encanta na arte do ensino. Devido essa característica o professor precisa ser capacitado para atuar dentro das limitações do aluno. Conforme Dassoler e Lima (2012) discorre que,

A formação do professor é indispensável para a prática educativa, a qual se constitui os lócus de sua profissionalização cotidiana no cenário escolar. Desse modo, compreender a formação docente incide na reflexão fundamental de que ser professor é ser um profissional da educação que trabalha com pessoas. Essa percepção induz este profissional de educação a um processo permanente de formação, na busca constante do conhecimento por meio dos processos que dão suporte à sua prática pedagógica e social.

Nesse - social inclusiva. Conforme Pimenta (2010) “a educação é um processo através do qual os seres humanos são inseridos na sociedade”. É o professor que dá esse suporte de inclusão pedagógica e social, dentro da busca do conhecimento. Esse suporte é um processo infindável de formação e aprimoramento, principalmente na área onde requer o aprendizado mais acompanhado e dedicado. Vale aqui ressaltar o que Freire (1997 p. 118) afirma sobre ensinar: “Ensinar não se limita apenas em transferir conhecimentos, senão também no desenvolvimento da consciência de um ser humano inacabado em que o ensinar se torna um compreender a educação como uma forma de intervir na realidade da pessoa e do mundo”.

O educador tem um papel de extrema importância, posto que ele ajuda o aluno no processo de crescimento e o assiste na transformação da sua realidade social e percepção do universo onde está inserido. Assim conclui-se que a educação inclusiva modifica a realidade tanto do PNEE quanto das pessoas no meio onde ele estiver inserido. Desta forma, percebe-se que a pessoa com necessidade especial terá sua realidade alterada.

É necessário, portanto, que os professores tenham a capacitação adequada para o ensino regular e programas especializados. O papel do educador é primordialmente importante para que esses alunos com necessidades especiais educativas, tenham a oportunidade de aprender de acordo com suas limitações.

O processo de integração não se deve somente a uma lei, os profissionais da rede regular de ensino, para atender pessoas com necessidades educativas especiais, devem ter conhecimento sobre diferentes áreas, como psicologia, medicina, pedagogia, entre outros. Um saber interdisciplinar é indispensável no processo de integração e melhoria educacional.

Sendo assim, existem variáveis que explicam a melhoria nos resultados de aprendizagem que estão relacionados com: o envolvimento do titular, a liderança diretiva, o ambiente de bom tratamento, as expectativas práticas de desempenho e feedback do professor. O envolvimento do apoiador: um apoiador que conhece as necessidades financeiras e pedagógicas e pessoal administrativo de sua comunidade, que orienta e apoia a equipe gestora e permite sua participação nas decisões.

Temos também como variável a liderança executiva: uma equipe de gestão com alta capacidade de liderar todas as partes interessadas envolvidas na comunidade escolar, que identifica e comunica objetivos e metas claros e monitora de perto o gerenciamento de partes interessadas.

Temos também as expectativas ambientais: refere-se às altas expectativas que pais e professores de alunos, eles têm respeito pela possibilidade de continuarem seus estudos após o término dos estudos.

E por último e não menos importante o bom tratamento: refere-se ao ambiente onde a diversidade é valorizada e há um tratamento adequado entre diferentes membros da comunidade educacional.

CONCLUSÃO

Embora tenha entrado em vigor em 2004, a política passou por atualizações devido as transformações sociais e culturais do país; a última foi em 2015, escola busca promover processos de ensino e aprendizagem para conviver com outras pessoas por meio de da experiência de geração de link.

Nesse sentido, o principal objetivo da política e a orientação de diferentes ações que promovam a compreensão e o desenvolvimento de uma convivência escolar participativa, inclusiva e democrática, com formação, direitos, igualdade de gênero e gestão institucional e territorial

Embora o país tenha feito grandes avanços na nas últimas décadas (referindo-se principalmente a cobertura, assistência e investimento), um percentual importante de nossos alunos é não atingir o aprendizado esperado para sua idade.

Da mesma forma, nosso sistema educacional viu sua visão de qualidade limitada e omitiu aspectos-chave do processo de treinamento abrangente. Há algum consenso em apontar que tem havido um foco excessivo em os resultados de testes padronizados com efeitos adversos, como redução curricular e desenvolvimento de dinâmicas de seleção que afetam alunos com dificuldades e / ou defasagem em seu processo de aprendizagem.

Essa situação deixou elementos transcendentais em segundo plano, como a coexistência escola, a promoção do pensamento crítico, a participação e a formação cidadã e a autoestima e hábitos de autocuidado dos alunos. E, de acordo com o exposto, hoje temos mais e melhores informações para avaliar a qualidade de nossa educação e, portanto, é relevante ter esse conteúdo para servir como entrada para as políticas públicas que o país implementa e que ao mesmo tempo identificam novos desafios precisava ser tratada

E ainda, percebemos que a inclusão é a aposta mais relevante para avançar rumo a um sistema escolar mais justo e diversificado e sua implementação trará novos desafios. Na medida em que os sistemas de admissão e escape são modificados, o financiamento das escolas do país poderia variar a distribuição de suas matrículas, o que implicaria outros desafios em termos de clima, convivência e gestão da aprendizagem em sala de aula.

Para enfrentar esse cenário devemos considerar a experiência nacional e internacional com ênfase na detecção de necessidades educacionais específicas dos alunos, a apresentação de conteúdo por meio de várias estratégias, a organização do tempo e do currículo, e a promoção da participação de alunos em sala de aula.

REFERÊNCIAS

ARNAIZ, P. (2003). **Educação Inclusiva: uma escola para todos**. Málaga, Aljibe. Disponível em: < <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/download/24091/pdf>>. Acesso em jan. 2021.

ARRUDA, Marco Antônio; ALMEIDA Mauro de. **Cartilha da inclusão escolar: Inclusão Baseada em Evidências Científicas**. Rio Preto: ABDA, 2014. Disponível em: <<https://monografias.brasilecola.uol.com.br/educacao/a-formacao-dos-professores-formacao-inicial-e-formacao-continuada.htm>>. Acesso em jan. 2021.

DASSOLER, Omira Bernadete; LIMA, Denise Maria Soares. **A formação e a profissionalização docente: características, ousadia e saberes**. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 9. 2012. Anais. Caxias do Sul, 2012. Disponível em: http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Formacao_de_Professores/Trabalho/12_32_33_3171-7137-1-PB.pdf

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/3171/522>>. Acesso em jan. 2021.

GUERRERO, León MJ (2009). **Educação especial; Educação Inclusiva**. Faculdade de Granada,. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/download/24091/pdf>> Acesso em jan. 2021.

LEIVA, JJ e Gómez, MA (2015). **Educação inclusiva como uma construção pedagógico em estudantes universitários do ensino fundamental**. *Revista Educação Inclusiva Nacional e*

Internacional, 8, 185-200. Disponível em:<
https://scholar.google.com.br/citations?user=_tPh-bYAAAAAJ&hl=pt-BR>. Acesso em jan. 2021.

MATSUURA, K. (2008). "**Prefácio**". Prospects, vol. XXXVIII, 1-3. Disponível em:<
[https://scholar.google.com.br/scholar?q=Matsuura,+K.+\(2008\)&hl=es&as_sdt=0&as_vis=1&oi=scholar](https://scholar.google.com.br/scholar?q=Matsuura,+K.+(2008)&hl=es&as_sdt=0&as_vis=1&oi=scholar)>. Acesso em jan. 2021.

PIMENTA S. G.(org.) **Saberes pedagógicos e atividades docentes**. In: Pimenta, S G. Formação de professores: identidade e saberes da docência. 2ª ed. São Paulo. Cortez, 2010. Disponível em:<
<https://monografias.brasilecola.uol.com.br/educacao/a-formacao-dos-professores-formacao-inicial-e-formacao-continuada.htm>>. Acesso em jan. 2021.

ROSA, Ângela Coronel Da. **Educação inclusiva**. Obra coletiva organizada pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). Editora Ibpx. Disponível em:<
<http://www.anais.est.edu.br/index.php/teologiar/article/viewFile/191/149>> Acesso em jan. 2021.

SCHÖN, D. A. **Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000. Disponível em:<
<https://monografias.brasilecola.uol.com.br/educacao/a-formacao-dos-professores-formacao-inicial-e-formacao-continuada.htm>>. Acesso em jan. 2021.

UNESCO (2005). **Diretrizes para inclusão: Garantia de acesso à educação para todos**. Paris, UNESCO, 2005, (versão conectados) Disponível em:<
<http://unesco.org/educacion/inclusive>>. Acesso em jan. 2021.

Enviado em: 24/05/2021.
Aceito em: 15/06/2021.

REEDUC
REVISTA DE ESTUDOS EM EDUCAÇÃO